

Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta de Plano de Actividades e de Orçamento para 2025

O Conselho Fiscal da Associação dos Reformados da Galp Energia, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, conforme o disposto no número 1, alínea b, do artigo 27º dos Estatutos, vem pronunciar-se e emitir parecer sobre a proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2025.

O ano em curso tem-se caracterizado externamente pelo agudizar dos conflitos mundiais, na Ucrânia, prosseguindo a guerra sem perspectivas de um cenário de paz, e no Médio Oriente, onde a intensidade e o escalar do conflito parecem não ter fim. Internamente, depois da queda do anterior governo, devido à instabilidade política, temos novo governo, mas os equilíbrios continuam bastante precários.

É, pois, num cenário de grande incerteza que o Plano de actividades e o Orçamento foram elaborados, ao ponto de nem mesmo os mais optimistas vislumbrarem uma melhoria do contexto em que vamos funcionar.

Apesar dos condicionalismos referidos, a Direção procurou um plano que fosse o mais resiliente em relação ao agravar da situação, dentro do estabelecido estatutariamente, procurando que os grandes objectivos da ARGE não fossem afectados.

Assim, a Direção teve clara a preocupação prioritária de garantir uma adequada capacidade financeira, que permita assegurar a prossecução do principal objectivo da ARGE, como é o apoio e assistência social aos seus Associados.

Será de esperar que, se as condições se agravarem, nomeadamente com a agravar da situação mundial, aumente o número de Associados necessitados de auxílio. Daí que a rubrica solidariedade continue a representar o maior esforço orçamental, seguido da rubrica Boletim/Informação, no sentido de reforçar o espírito e a coesão dos associados.

Quanto ao Orçamento apresentado, que suportará o Plano de Actividades proposto, considera-se que a Direção o elaborou com o conveniente espírito de prudência, que as incertezas, quanto às futuras condições económicas e financeiras, aconselham.

Deste modo, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

O Conselho Fiscal recomenda que a Assembleia Geral aprove o Plano de Actividades e o Orçamento para o exercício de 2025.

Luís Martins Carneiro – Presidente



Manuel Ramalhete – Secretário Relator



João Dinis Esteves – Vogal

